

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

**(AUDIÊNCIA PÚBLICA)**  
**REQUERIMENTO Nº....., DE .....**  
**( Do Sr. Deputado Waldir Maranhão )**

*Solicitam sejam convidados o  
Ministro da Educação, Sr. Fernando  
Haddad, o Ministro da Saúde, Sr. José  
Gomes Temporão e o Ministro do  
Planejamento, Orçamento e Gestão,  
Sr. Paulo Bernardo Silva.*

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para debater a atual situação dos Hospitais Universitários.

Assim, então, em data a ser definida por esta Comissão e membros interessados, convidaríamos todos os envolvidos a participarem desta Audiência Pública.

## JUSTIFICAÇÃO

A EDUCAÇÃO é o meu tema no Parlamento Nacional. Dela me ocupo, por manter coerência com a minha própria biografia, como melhor forma de serviço a esta Casa e ao povo que me entregou o mandato, e para que se comprove a verdade da expressão bíblica, segundo a qual expressamos com a palavra aquilo que mais sobra no coração.

Por causa da Educação, volto-me alguns minutos a seu tema mais próximo e mais candente à vista da sociedade brasileira: a Saúde.

De muito bom grado eu glosaria os dois assuntos, unidos ou separadamente, não viesse aqui falar de outro apagão à vista, o qual só não é pública e escancaradamente denunciado, porque isso já não faz notícia, e porque a alta classe média brasileira, aquela que lê jornais e revistas, passeia pela Internet e assina televisão de canais fechados – essa classe não é nem será atingida pelo apagão a que me refiro, no campo da Saúde: o apagão dos hospitais universitários brasileiros. Tampouco essa classe – e os seus representantes – têm sensibilidade para fazer notícia, sair às ruas em passeatas para chamar atenção sobre um problema, do qual, a bem da verdade, eles querem é distância.

Senhoras e Senhores Deputados: 30 universidades públicas brasileiras administram por 45 hospitais universitários federais, em cujo interior elas respondem por tudo – manutenção do patrimônio, de instalações, equipamentos e bens materiais, administração financeiro-orçamentária, contratação de recursos humanos, etc., sem falar no fim a que se destinam os hospitais: o atendimento à saúde pública, sob as mais diferentes demandas, desde as endemias vergonhas de nosso atraso até as mais sofisticadas cirurgias que hoje a Medicina possibilita.

No entanto, os hospitais universitários atravessam, eles mesmos – e todos, invariavelmente – uma grande crise, à raiz da qual está um problema clínico, de ordem “interna”, psíquico-social, sem dúvida, mas com severas conseqüências na ordem externa, do dia-a-dia, de suas atribuições específicas, de seus serviços à comunidade: esse problema é o de sua identidade algo como se fossem adolescentes em crise, quando, por sua idade de funcionamento, muitos desses hospitais poderiam, já, ser hospedados em clínicas de geriatria.

A crise de identidade dos hospitais universitários se diagnostica por esta pergunta: a quem pertencem os hospitais universitários federais: ao Ministério da Educação ou ao Ministério da Saúde? Porque por nenhuma dessas duas “famílias” do poder público eles são reconhecidos, nem mesmo como filhos adotivos.

Conseqüências? Todos podemos adivinhar as conseqüências, porque à exceção dos postos de saúde dos pobres municípios brasileiros, dos hospitais públicos – todos também enfermos – em que os Estados atendem em vergonhas condições os milhões de necessitados de nossa base sócio-econômica – é para os

hospitais universitários que converge a grande enxurrada de carentes de todo tipo, que são a maioria de nossa população.

Faço números: apenas no primeiro semestre de 2006, os hospitais universitários federais atenderam a 4 milhões e 800 mil consultas. No ano todo, terão sido mais de 10 milhões de consultas, para aqueles que não encontram em outro ambiente o alívio à sua dor.

Outro dado: como em nossos hospitais convivem lado a lado os serviços de sofisticada ponta científico-tecnológica e os serviços de ponta... de rua – os hospitais universitários, no mesmo semestre a que me refiro, realizaram mais de meio milhão de procedimentos de alta complexidade (571.538, para sermos exatos). Só por aí, se houvesse um campeonato olímpico de alto desempenho na área da saúde, os hospitais universitários deveriam receber medalha de ouro.

No entanto, em vez de prêmio, castigo! Os hospitais universitários amargam uma dívida de 400 milhões de reais, e, como eu disse, dívida sem paternidade assumida, pois eles são rejeitados pelo orçamento tanto do MEC como do Ministério da Saúde. Essa dívida tende a aumentar, uma vez que o repasse anual dos dois ministérios a essas instituições não vai além de 100 milhões.

Por causa disso, a seus servidores incluídos na folha do MEC – perto de 40 mil – os hospitais se obrigam a associar 22 mil servidores terceirizados, em que pese a todos os avisos em contrário da parte do TCU.

Essa situação deixa os próprios hospitais universitários à espera de uma vaga na UTI, como acontece aos milhares de miseráveis que recebe, ano após ano.

O que esperamos, para vir em socorro desses serviços imprescindíveis? A notícia de novo apagão, abertamente, vergonhosamente, escandalosamente comentado e denunciado, como esse de nossos caminhos aéreos, que já nos aborrece por mais de ano?

Por que não tomamos providências, já não direi preventivas, mas ainda remediativas, antes que se faça escuro e nada mais se enxergue como via de solução?

Os nossos hospitais respondem, em algumas áreas e sob alguns aspectos, por serviços que fazem excelente imagem para a ciência médica brasileira, conforme já se tem divulgado entre nós e até no exterior. Por outro lado, a imensa demanda por atendimentos de saúde, fermentada nos intestinos de nossa dolorosa desigualdade social, esses serviços de todo dia, numerosíssimos a ponto de montarem filas de quarteirões, é ainda nos hospitais universitários que encontram paliativo.

Os hospitais universitários ocupam 10,3% dos leitos do SUS, 11,6% de toda a produção ambulatorial deste mesmo Sistema, 11,8% de suas internações hospitalares, e – surpresa! – 37,6% dos procedimentos de alta complexidade do mesmo SUS!

Conclui-se: os hospitais universitários estão perfeitamente habilitados a prestar serviço de relevante utilidade à saúde pública brasileira. Falta-lhes, porém, o reconhecimento público dessa relevância. Reconhecimento público, quer dizer, do

poder público, que rejeita, da parte do MEC e do Ministério da Saúde, encarar com a devida seriedade e comprometida sinceridade os *problemas desses hospitais*.

Fique a indagação: vamos tirar os hospitais universitários da fila da UTI – ou sofreremos a vergonha de enfrentar mais um apagão, que poderia ser o próximo? Ou a massa de nossa gente pobre – essa que sai à procura de nossos hospitais públicos – essa massa pobre não conta, não serve para fazer notícia e incomodar a consciência dos governantes?

Ou será que essa massa não fermenta? E quando isso acontecer, onde estaremos, de que lado estaremos, o que faremos nós?

Sala das Reuniões, 15 de agosto de 2007.

**WALDIR MARANHÃO**  
DEPUTADO FEDERAL  
PP/MA

A Sua Excelência o Senhor  
**DEPUTADO GASTÃO VIEIRA**  
Presidente da Comissão de EDUCAÇÃO E CULTURA  
Câmara dos Deputados  
NESTA